

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º SEMESTRE 2011

Apresentamos o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis do Banco do Estado de Sergipe S/A – Banese, relativos ao primeiro semestre de 2011 elaborados em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

50 ANOS

Em 2011, o Banco do Estado de Sergipe S.A., comemora seu cinquentenário. Criado após autorização da Lei Estadual nº 1.068 de 13 de novembro de 1961, sob a denominação de Banco de Fomento Econômico do Estado, o BANESE tem se empenhado ao longo de sua história em atender as finalidades constitutivas pretendidas através do fomento ao desenvolvimento econômico do Estado de Sergipe. No ano de 1963, o Banco de Fomento do Estado de Sergipe S/A – BANEFSE foi constituído, sendo esta denominação que perdurou até 1967, quando foi alterada para Banco do Estado de Sergipe S/A, permanecendo até os dias atuais. Automatizando toda a sua rede de agências, no ano de 1991 o BANESE passou a ser um Banco Múltiplo, além de integrar a Rede Verde-Amarela, interligando-se a aproximadamente 5 mil agências de bancos estaduais distribuídas em todo território nacional. A Medida Provisória nº 1.514 de 07 de agosto de 1996 empreendeu uma nova modelagem para as instituições bancárias estaduais, inserindo-as na competitividade de mercado junto às instituições privadas. O Banco do Estado de Sergipe subsistiu as adversidades, não ferindo a credibilidade que conserva após meio século de criação. O Cartão de Crédito Banese Card é uma das formas de pagamento mais utilizadas pelos sergipanos, sendo utilizado como cartão múltiplo junto ao correntista do BANESE, e também, não correntista. Atua em todo o Estado de Sergipe e em outros estados brasileiros através do credenciamento de lojas de rede nacional. Tem como diferencial a isenção da anuidade e qualquer outro custo de aquisição e renovação. Fazem parte da marca BANESE: o SERGIUS (Instituto Banese de Seguridade Social); a Banese Corretora de Seguros; o Banese Card (SEAC - Sergipe Administradora de Cartão e Serviços); a Caixa de Assistência dos Empregados do Banese (CASSE) e o Instituto Banese. O BANESE contribui com o desenvolvimento sustentável de Sergipe, trabalhando com o governo estadual e os municipais, procurando atender as necessidades da comunidade sergipana, levando pontos de atendimento até as populações desassistidas e ampliando o microcrédito. Promove, ainda, ações de incentivo à cultura, ao esporte, à educação e à cidadania, respeitando os direitos dos seus clientes e promovendo a inclusão bancária. Orgulho dos sergipanos, o BANESE ratifica a cada dia o compromisso com o desenvolvimento do Estado, através de um planejamento estratégico que permite a continuidade dos negócios. Por isso que o BANESE é Sergipano de Corpo, Alma e Coração.

O BANESE

O BANESE tem como identidade uma forma única de ser empresa, através de uma marca consolidada que é norteada pelo profissionalismo e compromisso social de seus colaboradores e acionistas. Através de três elementos basilares, o Banco se faz atuar obtendo sucesso:

MISSÃO

O BANESE, maior banco do Estado, efetivamente tem sido uma empresa cidadã, confirmando a sua vocação de ser o promotor financeiro do desenvolvimento sócio-econômico de Sergipe e de se constituir, cada dia mais, no Banco de todo o povo sergipano. Refletindo toda a sua história a missão do BANESE é: Promover o desenvolvimento de Sergipe fornecendo soluções financeiras, de forma sustentável, gerando valor para seus clientes e acionistas.

VISÃO

O Banco do Estado de Sergipe, através da execução de seu Planejamento Estratégico, estabelece como visão: Aumentar a participação no desenvolvimento de Sergipe, sendo o banco preferencial e crescendo os seus indicadores de sustentabilidade.

PRINCÍPIOS E VALORES

A responsabilidade social, qualidade, valorização dos funcionários, rentabilidade e produtividade, gestão profissionalizada, credibilidade, comprometimento, inovação e satisfação dos clientes são os princípios e valores que caracterizam a atuação do Banese.

PALAVRA DO PRESIDENTE

O processo de Gestão da Estratégia do Banco do Estado de Sergipe S/A, iniciado em 2008, é composto por ciclos de acompanhamento e aprendizado anuais, com revisões semestrais, através do Balanced Score Card (BSC).

No primeiro semestre de 2011 o BANESE avaliou o segundo ciclo desse processo, resultando no realinhamento das metas estratégicas cujo horizonte até 2014 foi ampliado para mais um ano. O Mapa Estratégico Corporativo também foi revisado, com o ajustamento de alguns objetivos estratégicos e o grupo de indicadores a eles vinculados, para obtenção de maior aderência e objetividade à Visão de Futuro estabelecida.

Para maior celeridade do Plano Estratégico, o banco se mobilizou para a operacionalização do portfólio de projetos estruturantes a partir da disseminação da cultura de gerenciamento de projetos, iniciada na área de tecnologia e, mais atualmente, nas áreas de negócios da organização. O portfólio de Projetos Estratégicos é composto por dez programas que prevê toda uma reestruturação no modus operandi da organização de maneira a garantir o seu crescimento em níveis sustentáveis num horizonte de 5 anos.

No âmbito da gestão operacional da estratégia, foram iniciadas melhorias nas ferramentas utilizadas no acompanhamento dos projetos e indicadores, com vistas a garantir a disponibilidade e precisão das informações, a exemplo da ferramenta de Gerenciamento de Projetos Clarify, que oferece uma visão integrada do portfólio, e do Painel de Score Card (BSC) vinculado ao ERP/SAP. Nos diretores seguintes, com o nosso propósito de continuidade do crescimento consistente e sustentável da Instituição. Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração e, aos nossos funcionários e demais colaboradores pela dedicação e competência.

RATING

Austin Rating Serviços Financeiros

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating Serviços Financeiros, afirmou o rating do Banese:

•Rating de longo prazo A-

•Contendo a "instituições que apresentam solidez financeira intrínseca boa, dotadas de negócio seguro e valorizado, boa situação financeira atual e histórica. Nas quais, o ambiente empresarial e setorial pode variar sem, porém, afetar as condições de funcionamento do banco, cujo risco é muito baixo".

•Rating de curto prazo A-2

•Contendo a instituições que têm "boa capacidade de pagamento de obrigações de curto prazo, comparativamente a outros emissores e emissões nacionais. Essas emissões apresentam forte segurança quanto ao pagamento de juros e principal. O risco de crédito é baixo".

Fitch Ratings

A Fitch Ratings atribuiu os ratings ao Banese em 25 de maio de 2011

CATEGORIA Fitch Ratings

- Nacional	
Longo Prazo	BBB+(bra)
Curto Prazo	F2(bra)
Rating Nacional de Longo Prazo	Estável

BBB+(bra) = Denota um adequado risco de crédito comparado a outros emissores ou emissões do mesmo país. Todavia, mudanças adversas nas condições dos negócios, econômicas ou financeiras têm maior probabilidade de afetar a capacidade de pagamento dessas obrigações no prazo esperado que no caso das categorias de ratings superiores.

F2(bra) = Denota um adequado risco de crédito comparado a outros emissores ou emissões do mesmo país. Todavia, mudanças adversas nas condições dos negócios, econômicas ou financeiras têm maior probabilidade de afetar a capacidade de pagamento dessas obrigações no prazo esperado que no caso das categorias de ratings superiores.

LUCRO LÍQUIDO

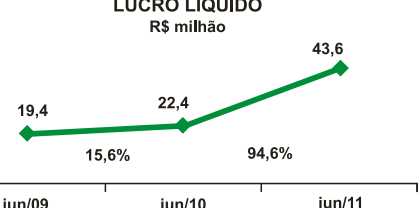
O Banco do Estado de Sergipe apresentou um Lucro Líquido de R\$ 43,6 milhões (lucro líquido do Banco Múltiplo igual ao Consolidado), o que representou uma elevação de 94,6% em relação ao mesmo período de 2010, quando foi auferido um lucro líquido de R\$ 22,3 milhões.

As receitas de operações de crédito cresceram 51,4% em relação ao primeiro semestre de 2010, alcançando o montante de R\$ 176,0 milhões. O Resultado Bruto do Banco Múltiplo apresentou um crescimento de 39,9%, o que gerou um montante de R\$ 130,7 milhões. Já o Resultado Bruto Consolidado apresentou uma alta de 40,1%, o que gerou um montante de R\$ 132,2 milhões.

Além das receitas de operações de crédito, as receitas de prestação de serviço contribuíram para o bom desempenho econômico do Banese. No Banco Múltiplo as receitas de prestação de serviços alcançaram o montante de R\$ 44,7 milhões com um crescimento de 24,4%, e no Banco Consolidado o montante foi de R\$ 55,9 milhões com um crescimento de 38,8%.

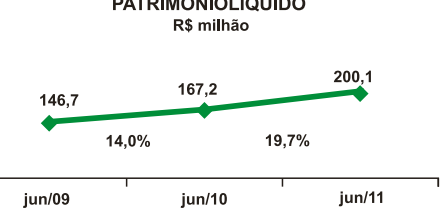
Principais Itens de Resultado - R\$ mil	Múltiplo			Consolidado		
	1S11	1S10	%Δ	1S11	1S10	%Δ
Despesas com Provisão para Operações de Créditos	13.638	6.756	101,9%	13.638	6.756	101,9%
Despesas de Captação, Empréstimos e Repasses	85.023	60.790	39,9%	83.544	59.853	39,6%
Despesas de Pessoal	54.330	50.684	7,2%	62.254	55.338	12,5%
Despesas Tributárias	10.081	7.404	36,2%	13.560	10.022	35,3%
Receitas de Intermediação Financeira	229.361	160.966	42,5%	229.361	160.966	42,5%
Receitas de Prestação de Serviço	44.735	35.953	24,4%	55.888	40.253	38,8%
Receitas de Operações de Crédito	176.038	116.248	51,4%	176.038	116.248	51,4%
Resultado Bruto de Intermediação Financeira	130.700	93.420	39,9%	132.179	94.357	40,1%
Lucro Líquido de Publicação	43.590	22.397	94,6%	43.590	22.397	94,6%

LUCRO LÍQUIDO

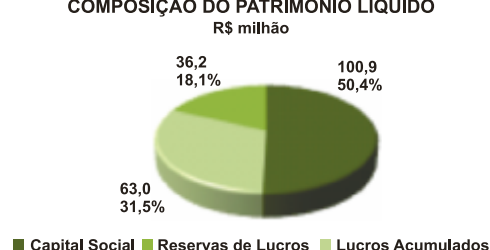


PATRIMÔNIO LÍQUIDO
O crescimento do Patrimônio Líquido apresentado pelo BANESE (Banco Múltiplo e Banco Consolidado) neste primeiro semestre foi de 19,7% em relação a junho de 2010, encerrando com um saldo de R\$ 200,1 milhões. A elevação deste saldo é motivada pela incorporação dos resultados auferidos no período, além da constituição de Reservas de Lucro. A rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido médio atingiu 49,4% no primeiro semestre de 2011.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO



COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



INDICADORES FINANCEIROS

O índice de eficiência do primeiro semestre de 2011 atingiu 51,0%, melhoria 7,68 pontos percentuais em relação ao primeiro semestre de 2010. Essa flutuação ocorreu, principalmente, em função da melhoria da margem financeira com o mercado. O nível de operações de crédito em relação ao ativo total passou de 37,2% para 48,2% do primeiro semestre de 2010 para o primeiro semestre de 2011, face o redirecionamento da atuação do Banese no segmento de crédito.

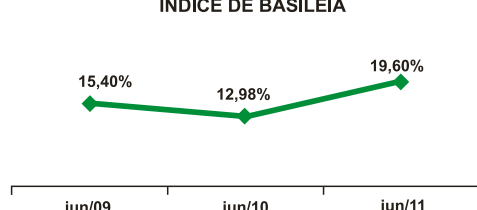
Índices Financeiros	1S11	1S10	Δ p.p.
ROAA Anualizado (Lucro líquido sobre o ativo médio)	3%	2%	1,31
ROAE Anualizado (Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio)	49%	31%	18,90
Índice de Basileia	20%	13%	6,30
Índice de Efic. (Desp. Adm. / (Res. Bruto Intern. Financ.+ Tarifas))	51%	59%	-7,68
Índice de Inadimplência (Atrasos > 60 dias / Carteira de crédito)	1%	1%	-0,02
Índice de Cobertura das Provisões (Provisões / Atraso > 60 dias)	250%	264%	-14,31
Índice de Cobertura (Rec. Tarifas / Desp. Pessoal)	81%	78%	3,11
Índice de Cobertura (Rec. Tarifas / Desp. Adm.)	54%	49%	5,48
Despesas Administrativas / Receita Bruta	18%	35%	-6,66
Rentabilidade Oper. (Resultado Oper. / Patrimônio Líq. Ajustado)	28%	14%	4,40
Eficiência do Funding (Carteira Comercial / Depósitos a Prazo)	150%	90%	60,68
Nível de Depósitos (Depósitos Totais / Passivo)	76%	84%	-8,60
Nível de Operações de Créd. (Operações de Crédito / Ativo Total)	48%	37%	11,06
Créditos de "AA a C" em %	96%	95%	0,50
Créditos de "D a H" em %	4%	5%	-0,50

* Indicadores Banese Banco Múltiplo

Com referência aos limites operacionais, o Banese está enquadrado nas exigências mínimas de capital e o coeficiente de solvabilidade, o Índice de Basileia nível II do período, representado pela relação entre o patrimônio de referência e os ativos ponderados pelo risco, é de 19,60%. Já o índice de Basileia para o nível II é de 13,47%.

No final de 2010 o banco emitiu Letras Financeiras Subordinadas no valor original de R\$ 88,0 milhões, cujo valor atualizado é de R\$ 91,1 milhões, homologadas pelo BACEN como dívida Subordinada e elegível a capital no nível II da Basileia. Esses títulos são utilizados para efeito do cálculo do Patrimônio de Referência.

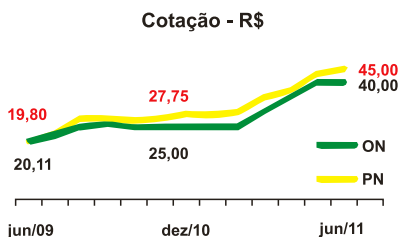
ÍNDICE DE BASILEIA



Capital Social

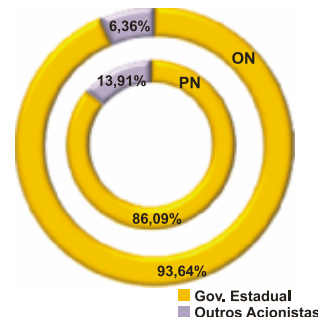
O Capital Social do Banco do Estado de Sergipe é constituído por 10.541.442 cotas de ações divididas em partes iguais para ordinárias e preferenciais. No encerramento do primeiro semestre deste ano as ações ON estavam cotadas a R\$ 40,00 por ação o que representou uma valorização de 98,9% em relação a junho de 2010, quando estavam cotadas por R\$ 20,11, e o que representou também, valorização de 60% se considerado o fim do exercício de 2010, onde sua cotação era de R\$ 25,00. As ações preferenciais apresentaram um crescimento de 127,7% em relação a primeiro semestre de 2010, quando sua cotação era de R\$ 19,80 por ação. Com o valor atual cotado em R\$ 45,00 representa um crescimento de 53,1% em relação ao valor cotado em dezembro de 2010 que era de R\$ 27,75.

Variação		
Tipo	V.6m	V.12m
PN	+62,20%	+127,70%
ON	+60,00%	+98,90%



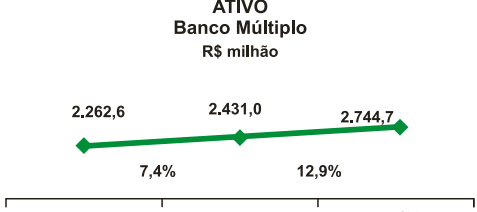
PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Como acionista majoritário o Governo do Estado de Sergipe se constitui como controlador do Banco do Estado de Sergipe, possuindo 89,87% das ações que compõem o capital social da Instituição.



A necessidade de conservação de uma boa liquidez dos ativos em uma empresa mitiga os riscos que ameaçam a continuidade dos negócios. O Banco do Estado de Sergipe administra seu ativo, afim de que não comprometa o desempenho da organização, aprimorando seus processos e racionalizando os recursos financeiros para atender a demanda de seus clientes. O BANESE, Banco Múltiplo, apresentou um crescimento de 12,9% em relação a junho do ano anterior, passando de R\$ 2.430,9 milhões para R\$ 2.744,7 milhões. O Ativo Consolidado do BANESE apresentou uma elevação de 13,0% em relação a junho de 2010, o valor apresentado na posição de junho de 2011 foi de R\$ 2.769,7 milhões.

ATIVO Banco Múltiplo



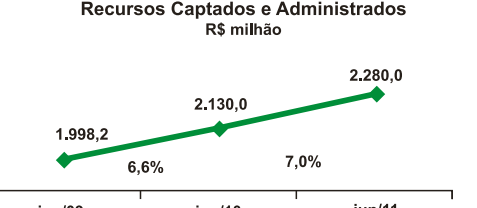
ATIVO Consolidado



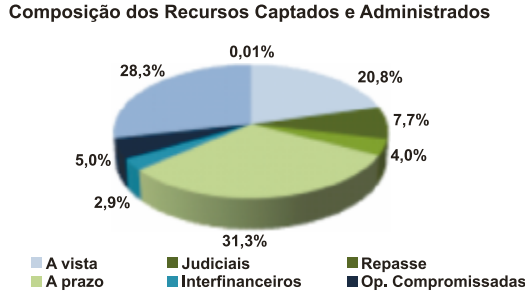
Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados pelo Banese Banco Múltiplo servem para aportar às operações de crédito e tesouraria, além de formar nossas disponibilidades. Os recursos de terceiros captados pelo Banese neste primeiro semestre de 2011 somaram R\$ 2.280,0 milhões, com incremento relativo de 7,0% em relação à posição registrada em junho de 2010. Na composição dos recursos captados e administrados, ao final de junho deste ano, destacamos os depósitos a prazo, principal instrumento de funding das aplicações em operações de créditos, que atingiram saldo de R\$ 713,3 milhões, representando 31,3% do total e os depósitos de poupança com R\$ 645,6 milhões, equivalente a 28,3% do montante total.

Recursos Captados e Administrados



Composição dos Recursos Captados e Administrados

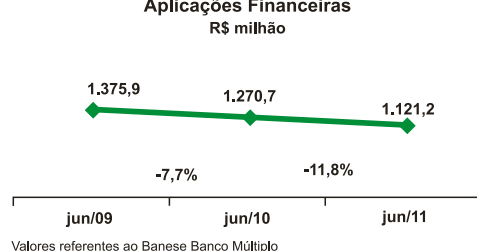


Aplicações Financeiras

Em junho de 2011 foi atingida a marca de R\$ 1.121,2 milhões em aplicações financeiras. A queda apontada nas aplicações financeiras é justificada pela o redirecionamento dos recursos para atender a demanda por crédito. É relevante apresentar que os títulos classificados em TVM, R\$ 749,7 milhões, apresentam para Livre Negociação R\$ 355,9 milhões e mantidos até o vencimento R\$ 393,8 milhões.

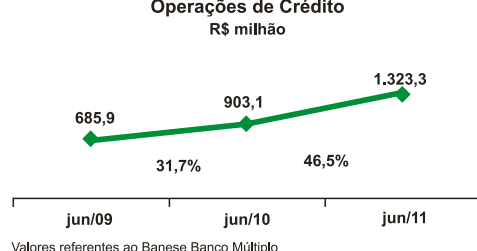
Em observância ao art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, o Banese apresenta intenção e capacidade financeira para manter, até o vencimento, os títulos classificados nesta categoria. Esta avaliação considera a projeção do fluxo de caixa não considerando a venda desses títulos.

Aplicações Financeiras



Operações de Crédito
O BANESE Banco Múltiplo apresentou neste primeiro semestre de 2011, crescimento de 46,5% nas operações de crédito quando comparado ao mesmo período de 2010. O Saldo em carteira de crédito no final do semestre foi de R\$ 1.323,3 milhões. Ressalta-se que o crescimento do BANESE foi superior ao Sistema Financeiro, uma vez que este apresentou crescimento de 20,4%. A taxa de inadimplência registrada no fim do 1º semestre é de 1,05% considerado o default de 60 dias.

Operações de Crédito



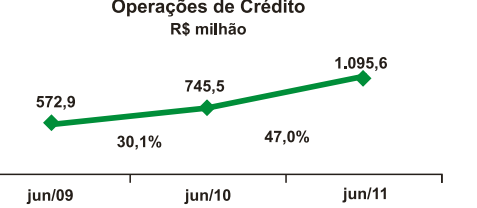
Composição da Carteira de Crédito



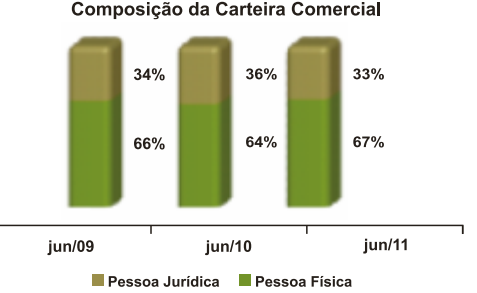
Carteira Comercial

A carteira comercial acompanhou o crescimento de toda a carteira de crédito perfazendo um crescimento de 47,0% em relação ao final de junho de 2010. O saldo apresentado de R\$ 1.095,6 milhões é consequência do crescimento da acessibilidade ao crédito através de um portfólio de produtos, onde se tem como principais os voltados para o fornecimento de capital de giro para as Pessoas Jurídicas e o Credi-Salário para o segmento de Pessoa Física.

Operações de Crédito



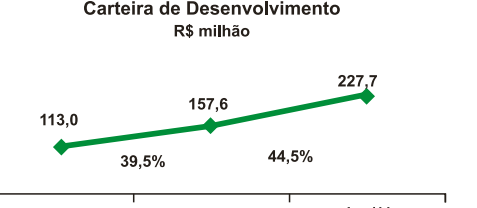
Composição da Carteira Comercial



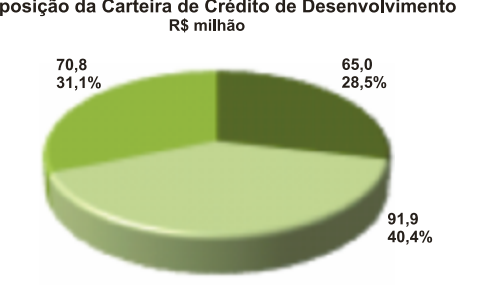
Carteira de Desenvolvimento

A carteira de desenvolvimento composta pelo crédito imobiliário, industrial e rural, acompanhou o crescimento de toda a carteira de crédito perfazendo um crescimento de 44,5% em relação ao final de junho de 2010. O saldo apresentado de R\$ 227,7 milhões.

Carteira de Desenvolvimento



Composição da Carteira de Crédito de Desenvolvimento



Política de Crédito

O BANESE estabelece uma Política de Crédito que determina o padrão de qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, suportada por sistemas de Credit Scoring, definido alçadas e análises fundamentadas por Comitês Especiais. Resultante de um trabalho aprofundado, favorece a mitigação de riscos, qualidade e seletividade, cuja classificação, regida pela resolução nº 2.682 do Banco Central, concentra 95,8% das suas operações entre os níveis de risco de "AA" a "C".

R\$ mil

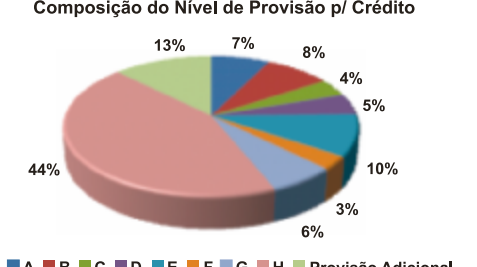
AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
293.952	590.724	331.936	53.904	19.158	12.821	2.436	3.657	17.327	1.325.915
22,2%	44,6%	25,0%	4,1%	1,4%	1,0%	0,2%	0,3%	1,3%	100%
22,2%	66,7%	91,8%	95,8%	97,3%	98,2%	98,4%	98,7%	100,0%	

(*) Provisão adicional para cobertura de possíveis perdas de créditos

(**) Outros Créditos incluem na Carteira Total

O Banese contabilizou como provisionamento de operações de crédito, em função dos riscos inerentes às operações e clientes tomadores de recursos, o montante de R\$ 39,7 milhões, que equivale a 3,0% valor total das operações de crédito.

Composição do Nível de Provisão p/ Crédito





CONTINUAÇÃO

GOVERNANÇA E R

O Banco do Estado de Sergipe estabelece como prática a gestão minuciosa visando a uma melhor definição das estratégias para gestão, que propicie a satisfação dos agentes diretamente interessados (acionistas, investidores, fornecedores, funcionários, comunidade e demais), respeitando sempre a sustentabilidade e continuidade das atividades da Organização.

Aos investidores é facilitado o acesso às informações, inclusive via endereço eletrônico no site www.banese.com.br, obedecendo à política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes que estabeleça as regras e diretrizes adotadas por toda companhia para essa realização.

CANAIS

O bom atendimento é base para realização de negócios e em atenção aos clientes e usuários, o Banese apresenta uma rede de canais de atendimento que facilita a realização das mais diversas transações. Disponibilizando 61 agências e 13 postos de serviço, o Banco proporciona uma importante cobertura, atendendo a correntistas ou não correntistas para recebimento de títulos públicos, impostos e taxas diversas.

Para aprimorar o atendimento, o Banese neste primeiro semestre de 2011 realizou reformas em diversas agências, ampliou o número de Caixas Eletrônicas totalizando 418 ATMs, todos adaptados para portadores de necessidades especiais nas suas unidades, promoveu o uso de seus canais alternativos causando a redução das filas nos caixas, entre as melhorias realizadas neste ano o Banco dispõe de:

Ponto Banese – Através dos 330 estabelecimentos credenciados a atuar como correspondentes no país proporciona a mais extensa rede de atendimento bancário no Estado de Sergipe e nos Estados Nordestinos Bahia e Alagoas. A relevância é constatada quando se revelam os número de transações realizadas (5,9 milhões) e seu volume financeiro (R\$ 3.925,3 milhões) realizados neste primeiro semestre de 2011.

Internet Banking – Esse canal permite ao cliente consultar saldos e extratos de conta corrente, poupança e aplicações, realizar pagamentos diversos, transferências de valores entre contas, DOC eletrônico, histórico de transações, débito direto autorizado (DDA), operação de crédito dentre outras facilidades.

Call Center – Oferece atendimento automático 24 horas para consultas de saldos, extrato de conta corrente, cancelamento de cartão e pagamentos diversos. Dispõe também de atendimento 0800 personalizado para realizar pagamentos, cadastramento e cancelamento de débito automático em conta corrente, aquisição de títulos de capitalização e consórcios.

Gestão de Risco

Risco de crédito

Em relação ao gerenciamento do Risco de Crédito, são apuradas mensalmente as parcelas relativas às exposições ponderadas pelo fator de risco de crédito – PEPR, considerando os ativos do banco sujeitos à exposição dessa modalidade de risco para efeito de composição do Patrimônio de Referência Exigido – PRE regulamentado pela Resolução nº 3.490/07 – CMN.

Visando atender às proposições apresentadas pela Resolução CMN nº 3.721/09, o Banese finalizou a implantação de um sistema informatizado que aperfeiçoou a acurácia dos modelos adotados na gestão do risco de crédito de seu portfólio.

Risco de Mercado e Liquidez

O Banese estabeleceu suas Políticas de Gerenciamento de Risco de Mercado e de Liquidez com base nas diretrizes do Banco Central do Brasil e do Comitê da Basileia, procurando proporcionar a permanente adequação do gerenciamento à natureza das operações, à complexidade dos produtos e à dimensão da exposição a esses riscos na Instituição. Visando maior detalhamento, na página da Internet do Banese, "<http://www.banese.com.br>", site relações com investidores no tópico Gestão de Riscos, encontra-se as informações da estrutura de gerenciamento de Riscos Corporativos. No tocante ao Risco de Mercado, são realizados monitoramentos contínuos das operações financeiras, de acordo com o enquadramento das carteiras de títulos para negociação (trading) e carteiras de títulos não classificadas para negociação (banking), considerando também a contribuição destes na composição Patrimônio de Referência Exigido – PRE.

Em relação ao Risco de Liquidez, são realizadas periodicamente análises gerenciais do fluxo de caixa do Banco, com o objetivo de verificar possíveis descaimentos de prazo ou de volume entre os pagamentos e recebimentos de Ativo e Passivo, tomando-se como referência os diversos cenários de estresse. Constantemente o Banco busca o aprimoramento contínuo do processo de gestão de riscos através da capacitação dos colaboradores e melhorias no sistema de gerenciamento desses riscos.

Risco Operacional

Encontra-se em implantação uma nova ferramenta de Gestão de Risco Operacional (Sistema de Gerenciamento de Risco Operacional – SGRO), onde é possível identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar riscos operacionais, atendendo às exigências da Resolução 3.380 do Banco Central do Brasil.

GESTÃO DE PESSOAS

O Banco do Estado possui 1.108 funcionários e foram investidos R\$ 220,0 mil referente à capacitação e treinamento de pessoal. As áreas de Auditoria, Informática, Controles e Riscos, Financeira e Crédito.

Como resultado do primeiro semestre deste ano, apresentavam-se beneficiados pelo Programa de Incentivo promovido pelo BANESE 64 funcionários através de cursos: tecnológico, graduação, especialização e língua estrangeira. O montante direcionado para o desenvolvimento pessoal nesta modalidade de incentivo foi de R\$ 55,0 mil no período.

No que se trata de encargos sociais o Banco do Estado de Sergipe efetuou desembolso de R\$ 13,1 milhões. Já para benefícios o BANESE efetuou o valor de R\$ 5,3 milhões.

Para o Programa Jovem Aprendiz, o BANESE apresentava em junho deste ano em seu quadro, 44 aprendizes o que representou um gasto de R\$ 181,0 mil no semestre em referência.

Algumas ações estão voltadas para saúde dos funcionários tais com incentivo a atividade física, programa de prevenção de LER/DORT, exames periódicos e exames odontológicos.

A Caixa de Assistência dos Empregados do Banese – CASSE, é uma instituição de autogestão, de natureza assistencial, sem fins lucrativos, que tem por finalidade oferecer aos seus beneficiários serviços de assistência médico-hospitalar, associados a padrões éticos de qualidade. O Banese atuou através de sua contribuição patronal no volume de R\$ 936 mil.

AUDITORIA INTERNA

A SUAUD – Superintendência de Auditoria cumpriu o cronograma do Plano Anual de Auditoria, neste primeiro semestre, realizou 52% dos trabalhos programado para todo ano de 2011.

O nível técnico da área de auditoria do BANESE chancelou seu ingresso como membro dos seguintes colegiados: Comissão de Auditoria da Febraban; Subcomissão de Fraudes Documentais da Febraban.

AUDITORIA EXTERNA

Com relação à Auditoria Externa, no que se refere à Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, IN nº 381/03, de 14.01.2003, o Banco do Estado de Sergipe S.A. informa, que, em consonância com o teor da Instrução nº 381, da Comissão de Valores Mobiliários, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Associados não relacionados à auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

TECNOLOGIA

O total de investimentos na área de tecnologia da informação foi de R\$ 11,0 milhões. Os principais investimentos foram na: modernização de toda a rede de comunicação de dados, a construção do site backup, modernização do parque de servidores, substituição de todo os ATMs (autotendimento), continuidade da implantação do SAP, substituição da plataforma de Callcenter, implementação de telefonia IP em todas as unidades do Banco, substituição de dezenas de sistemas legados e a adoção de processos de trabalho como ITIL, PMBOK e COBIT.

A necessidade de acompanhar os avanços do mercado tecnológico para oferecer os produtos com competitividade, atendendo as demandas de todos os usuários dos serviços disponibilizados pelo BANESE é o principal fator para estar sempre investindo em tecnologia.

Alguns projetos em TI merecem destaques como: telefonia IP em todas as unidades do Banco, reduzindo, em aproximadamente, 30% das despesas em telefonia fixa. Citam-se também, a nova plataforma de Call Center, disponibilizando mais serviços para clientes e sua acessibilidade.

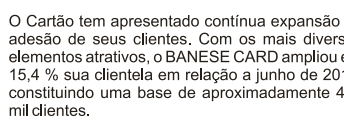
BANESE CARD

Em 2002, o BANESE após investimentos em tecnologia e capacitação lança o BANESE CARD o que se trata de um marco no comércio estadual.

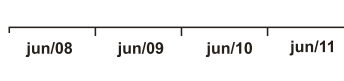
Sendo gerido pelo SEAC – Sergipe Administradora de Cartões e Serviços LTDA, o cartão apresenta um projeto gerencial desenvolvido pelo BANESE que atua na expansão geográfica da rede de atendimento, do crescimento de sua carteira de crédito e da base de clientes do banco, além de aumento o acesso a serviços financeiros à população.

O faturamento no primeiro semestre deste ano foi de R\$ 426,3 milhões, que representou um aumento de 28,5% em relação ao mesmo período do ano passado, quando o faturamento foi de R\$ 332,2 milhões. Neste semestre foi apresentado R\$ 115,65 como ticket médio.

CLIENTES



O Cartão tem apresentado contínua expansão na adesão de seus clientes. Com os mais diversos elementos atrativos, o BANESE CARD ampliou em 15,4% sua clientela em relação a junho de 2010, constituindo uma base de aproximadamente 490 mil clientes.



A atuação do cartão BANESE CARD já ultrapassou as fronteiras do Estado sergipano alcançando Estados nordestinos. Sua rede de estabelecimentos credenciados é de 20.521.

A partir de investimentos de R\$ 4,0 milhões em capacitação e tecnologia, o BANESE CARD se prepara para expandir sua aceitação em todo território nacional, além de ingressar em novas modalidades de transações tais como: e-commerce, Mobile Payment e SMS para confirmações de compras.

BANESE CORRETORA

A Banese Administradora e Corretora de Seguros desenvolve ações na comercialização de seguros de todos os ramos visando à prestação de serviços de assessoria e orientação técnica na contratação de benefícios e seguros, identificando as melhores coberturas securitárias, com o intuito de atender de garantir a devida tranquilidade aos seus clientes, empresas ou pessoas.

Através das parcerias com as maiores companhias seguradoras do País e da sinergia com as agências BANESE, a BANESE Corretora oferece soluções de seguros diferenciadas, adequadas às necessidades do cliente, no menor prazo e com custos competitivos e acessíveis, visando à fidelização da sua carteira de mais de 6 mil clientes.

Nos últimos anos a BANESE Corretora melhorou de maneira significativa o seu desempenho operacional devido, principalmente, a abrangente revisão dos seus custos operacionais, ao cancelamento de apólices com rentabilidade inadequada e ao fortalecimento de suas reservas.

GESTÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

O compromisso do BANESE com o desenvolvimento social através de ações de incentivo ao esporte, à cultura, à educação, à inclusão social, segurança alimentar e nutricional são destaques de seu programa de Responsabilidade Social.

Foram beneficiadas diversas Instituições tais como: APADA - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos; Casa Maternal Armênia Leite; Casa Santa Zila; IBEU - Instituição Beneficente Emmanuel; União Espírita Sergipana; Asilo Rio Branco; Cáritas Arquidiocesana de Aracaju; IPASEE - Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe; SAME - Serviço de Assistência e Movimento de Educação; CIRAS - Centro de Integração Raio de Sol; AMO - Associação dos Amigos da Oncologia; LICRE - Lar Infantil Cristo Redentor; INCASE - Instituto Canarinhos de Sergipe.

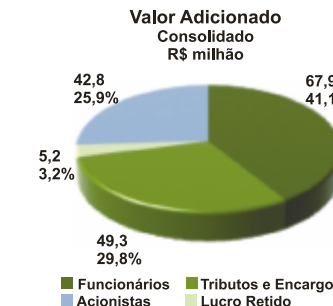
Vários incentivos a cultura foram promovidos pelo Banco do Estado de Sergipe sob a forma de patrocínio. Buscando desenvolver os valores culturais de região, através de seus artistas e mais diversas manifestações culturais, atendendo para a preservação do patrimônio histórico do Estado. No primeiro semestre de 2011, foram destinados R\$ 3,6 milhões a título de incentivo a cultura.

No sentido de fortalecer a relação com a comunidade, o Instituto BANESE investiu no 1º semestre de 2011, neste segmento, na ordem de R\$ 209,1 mil, destinados a viabilização de projetos apresentados pelo Estado e pela sociedade civil, como forma de fomentar e difundir a cultura sergipana.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

No Banese Múltiplo foram gerados R\$ 143,9 milhões que foram distribuídos para: empregados o montante de R\$ 60,0 milhões; R\$ 40,3 milhões a título de despesas tributária, imposto de renda e contribuições sociais; 4% foi destinado aos seus acionistas, o que representa R\$ 5,2 milhões, e 27% do que foi gerado que ficou retido.

Do total consolidado de R\$ 165,2 milhões de riquezas geradas, o Banese neste primeiro foram destinados aos empregados uma parcela de 41,1%, equivalente a R\$ 67,9 milhões mediante remunerações, benefícios e participações; R\$ 49,3 milhões, o que representa 30%, foram destinados a despesas tributárias, imposto de renda e contribuições sociais; a seus acionistas 3,2%, referente ao montante de R\$ 5,2 milhões e 25,9% que ficou retido ao patrimônio do banco.



DECLARAÇÃO DA DIRETORIA
Em atenção ao disposto na Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco do Estado de Sergipe declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões constantes no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2011.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o compromisso de cada "baneseano", parceiros, clientes e acionistas que contribuem para continuidade dos negócios, consolidando assim, o Banco do Estado de Sergipe como uma Instituição que zela pelos seus fins constitutivos em benefício de toda população sergipana.

Balancço Patrimonial - Em Reais mil				
	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010

Balancço Patrimonial - Em Reais mil				
	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
A T I V O				
CIRCULANTE	1.638.920	1.487.193	1.649.702	1.496.268
DISPONIBILIDADES	53.397	36.826	53.402	36.826
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 6)	167.433	216.095	167.433	216.095
Aplicações em Mercado Aberto	-	70.000	-	70.000
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	167.433	146.095	167.433	146.095
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (NOTA 7)	355.867	495.136	355.867	495.136
Fundos de Investimento	355.867	495.136	355.867	495.136
RELACIONOS INTERFINANCEIRAS (NOTA 8)	276.882	239.467	276.882	239.467
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	14.802	13.125	14.802	13.125
Créditos Vinculados:	259.952	224.488	259.952	224.488
- Depósitos no Banco Central	258.408	224.294	258.408	224.294
- Convênios	38	155	38	155
- Taxas e Ações - Recursos do Crédito Rural	1.506	-	1.506	-
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação	-	39	-	39
Correspondentes	2.128	1.954	2.128	1.954
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 9)	763.212	482.729	763.212	482.729
Operações de Crédito:	791.406	502.776	791.406	502.776
- Sator Privado	791.406	502.776	791.406	502.776
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(28.194)	(20.047)	(28.194)	(20.047)
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 10)	21.419	16.149	32.130	25.224
Rendas a Receber	7.390	3.074	4.807	1.185
Diversos	14.042	13.097	27.336	24.061
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(22)	(22)	(22)	(22)
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 11)	710	691	776	691
Outros Valores e Bens	1.496	1.642	1.496	1.642
Provisões para Desvalorizações	(1.079)	(1.082)	(1.079)	(1.082)
Despesas Antecipadas	293	131	359	131
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.041.903	885.815	1.041.939	885.815
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (NOTA 7)	393.856	375.649	393.856	375.649
Carteira Própria	243.564	341.728	243.564	341.728
Vinculados a Compromissos de Recompra	113.904	33.771	113.904	33.771
Outros Investimentos	36.194	150	36.194	150
Vinculados à Prestação de Garantias	194	150	194	150
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 8)	16.949	20.278	16.949	20.278
Créditos Vinculados:	16.949	20.278	16.949	20.278
- Tesouro Nacional - Recursos do Crédito Rural	-	1.353	-	1.353
Outros Investimentos	16.949	18.925	16.949	18.925
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 9)	520.330	387.417	520.330	387.417
Operações de Crédito:	531.868	400.372	531.868	400.372
- Sator Privado	531.868	400.372	531.868	400.372
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(11.538)	(12.955)	(11.538)	(12.955)
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 10)	110.768	102.471	110.804	102.471
Diversos	110.768	102.483	110.816	102.483
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(12)	(12)	(12)	(12)
PERMANENTE	63.880	57.969	78.119	68.291
INVESTIMENTOS (NOTA 12)	1.102	1.027	6	6
Outros Investimentos	1.102	1.027	6	6
Provisões para Perdas	(456)	(456)	(456)	(456)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 13)	48.584	38.648	63.815	49.417
Imóvel de Uso	62.560	49.584	78.061	54.990
Outras Imobilizações de Uso	33.305	26.689	39.114	34.910
Outros Intangíveis	(47.281)	(37.625)	(53.360)	(40.483)
Despesas Acumuladas	-	-	2.428	-
Gastos de Organização e Expansão	28.627	34.131	28.627	38.215
Amortização Acumulada	(28.627)	(32.279)	(28.627)	(32.279)
INTANGÍVEL (NOTA 14)	14.194	16.442	14.298	16.442
Outros Intangíveis	20.595	19.498	23.512	19.498
Amortização Acumulada	(6.402)	(3.056)	(9.214)	(3.056)
TOTAL	2.744.703	2.430.977	2.769.760	2.450.374

Balancço Patrimonial - Em Reais mil				
	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010

Balancço Patrimonial - Em Reais mil				
	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
PASSIVO				
CIRCULANTE	1.663.640	1.553.163	1.670.028	1.560.562
DEPÓSITOS (NOTA 15)	1.498.097	1.378.314	1.496.273	1.377.205
Depósitos à Vista	473.115	475.533	471.291	474.424
Depósitos de Poupança	645.666	530.735	645.666	530.735
Depósitos Interfinanceiros	66.566	69.780	66.566	69.780
Depósitos em Próprio Banco	312.750	302.266	312.750	302.266
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	33.017	26.806	33.017	26.806
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	33.017	26.806	33.017	26.806
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.752	1.462	1.752	1.462
Recursos em Trânsito de Terceiros	1.752	1.462	1.752	1.462
ORÇAMENTOS POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (NOTA 15)	21.029	60.770	21.029	60.770
BNDES	836	6.138	836	6.138
FINAME	5.580	3.351	5.580	3.351
Outras Instituições	14.613	51.281	14.613	51.281
OUTROS OBRIGAÇÕES (NOTA 16)	109.745	85.811	117.957	94.319
Cobrança e Antecipação de Tributos e Assemelhados	15.528	19.485	22.759	16.721
Fiscais e Estatutárias	15.774	4.492	15.774	4.492
Fiscais e Previdenciárias	36.418	33.411	41.027	39.347
Negociação e Intermediação de Valores	35	60	35	60
Diversas	34.759	32.264	38.362	34.836
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	880.808	710.589	874.207	703.937
DEPÓSITOS (NOTA 15)	576.942	668.579	552.753	644.382
Depósitos a Prazo	576.942	66		

CONTINUAÇÃO

Banese	SEAC-Sergipe	Banese	Eliminações	Banese Consolidado
	Adm. de Cartões e Serv. Ltda	Adm. e Corretora de Seguros Ltda		
30.06.2011	30.06.2011	30.06.2011	30.06.2011	30.06.2011
Receitas de intermediação financeira	229.361	1.345	134	160.966
Despesas de intermediação financeira	(98.661)	-	(1.479)	(66.609)
Resultado bruto da intermediação financeira	130.700	1.345	134	94.357
Outras receitas/desp. operacionais	(52.174)	8.894	(178)	(37.361)
Resultado operacional	78.526	10.229	(178)	56.996
Resultado não operacional	(123)	(2.987)	13	(2.766)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	78.403	7.242	(178)	49.720
Imposto de renda e contr. social	(29.135)	(3.639)	(545)	(33.319)
Participações estatutárias no lucro	(5.678)	-	-	(5.678)
Lucro líquido antes da participação de não controladores	43.590	3.602	952	27.575
Participação de não controladores	-	-	(4.376)	(5.178)
Lucro líquido	43.590	3.602	952	22.397

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do BANESPA.

b) Receitas e despesas
As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando o critério *pro rata die*. As operações de natureza financeira são atualizadas pelo método exponencial, com exceção das operações relativas a títulos descontados, as quais são atualizadas pelo método linear. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito. As receitas a partir do 60º dia de atraso são reconhecidas no resultado quando de seu efetivo recebimento.

c) Caixa e equivalente de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas das rendas auferidas e ajustadas por provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2011 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração. Os títulos e valores mobiliários possuem as seguintes classificações e formas de valorização:

• **títulos para negociação** – incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem vendidos e frequentemente negociados, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado, tendo o ajuste a valor de mercado como contrapartida o resultado do período. São classificados no ativo circulante, independentemente da data do seu vencimento; e

• **títulos mantidos até o vencimento** – incluem os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira da Instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, conforme estudo realizado internamente, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

O BANESPA não possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos Disponíveis para a Venda".

f) Instrumentos financeiros derivativos
De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/2002 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (hedge).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge são classificadas como Hedge de Mercado ou Hedge de Fluxo de Caixa, segundo os critérios definidos na Circular BACEN nº 3.082/2002. Nessas casos, também os itens objeto de hedge são ajustados ao valor de mercado, tendo como contrapartida desses ajustes (derivativo e respectivo item objeto de hedge): (i) a adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, no caso de Hedge de Mercado e (ii) conta destacada do patrimônio líquido para a parcela efetiva do Hedge de Fluxo de Caixa, deduzida dos efeitos tributários.

O BANESPA não opera com instrumentos financeiros derivativos.

g) Relações interfinanceiras
Os créditos junto a FCVS, decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos com desconto, estão registrados pelo seu valor nominal atualizado pelos rendimentos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas por negativa de cobertura total ou parcial dos créditos por parte do FCVS. Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVVS a que esses créditos serão convertidos.

h) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa
As operações, bem como as respectivas provisões constituídas, em curso normal são registradas no ativo circulante ou realizável a longo prazo obedecendo aos prazos contratuais, enquanto as operações em curso anormal com atraso igual ou superior a sessenta dias são registradas no ativo realizável a longo prazo, independentemente dos prazos contratuais.

Nas operações imobiliárias com cláusula de cobertura do FCVS, o saldo registrado é deduzido do saldo residual não coberto pelo fundo, apurado nos termos do Decreto nº 97.222, de 14/12/1988, e da Lei nº 10.150, de 21/12/2000.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada e registrada observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional-CMN, que determina:

• a classificação das operações em nove diferentes níveis de risco (AA-H), que levam em consideração o valor das operações, as garantias existentes, as características dos clientes, o nível de atraso das operações, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, entre outros fatores;

• com base no artigo 2º da Resolução nº 2.697/2000 do Conselho Monetário Nacional, a Instituição adota critério interno de classificação e constituição de provisão para as operações com responsabilidade total do devedor inferior a R\$ 50 mil, considerando informações pessoais, financeira, históricas e externas dos clientes.

Nas operações de crédito rural, industrial e financiamento habitacional com essas características, a classificação individual é feita de acordo com seu respectivo nível de risco (AA-H) conforme a Resolução nº 2.682/1999 do Conselho Monetário Nacional.

• as operações de crédito em atraso classificadas em "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas a prejuízo e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A Administração revisa periodicamente os riscos e as estimativas de perda em relação à carteira de créditos, conforme previsto na Resolução nº 2.682/1999 do Conselho Monetário Nacional. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada levando-se em consideração a classificação das operações de crédito em seus respectivos níveis de risco.

Associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de riscos e os respectivos percentuais mínimos exigidos pela Resolução nº 2.682/1999, a administração mantém provisão adicional julgada necessária para cobrir os riscos específicos e globais da carteira de crédito.

i) Imposto de renda, contribuição social, PIS-Pasep e Cofins
O Banco registra crédito tributário correspondente ao imposto de renda e contribuição social sobre adições temporárias, com base em estudos técnicos atualizados, passou a registrar os créditos tributários, principalmente aqueles cujos controles internos permitem adequado acompanhamento e mensuração da sua realização. Esses créditos estão constituídos pelas alíquotas de 15% (mais adicional de 10%) para o imposto de renda e 15% para a contribuição social sobre o lucro líquido.

As provisões para imposto de renda, contribuição social e demais tributos são calculadas às alíquotas a seguir apresentadas, observando-se a legislação pertinente a cada tributo, e registradas na rubrica Outras obrigações.

Imposto de renda.....	15%
Adicional de imposto de renda.....	10%
Contribuição social sobre lucro líquido.....	15%
PIS-Pasep.....	0,65%
Cofins.....	4%

j) Outros valores e bens
Os bens não de uso próprio, são registrados pelo custo de aquisição, apurado entre o valor contábil da dívida e o valor de mercado do bem, o que for menor e, quando aplicável, ajustado por provisão para perdas.

As despesas antecipadas registram os valores decorrentes de pagamentos antecipados ou de acordos de cooperação, cujo dígito de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo amortizadas conforme a duração contratual, associada à expectativa de geração dos resultados futuros desses acordos.

k) Ativo permanente
Demonstrado ao custo de aquisição ou construção e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, considerando os seguintes aspectos:

- Investimentos, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas permanentes;
- Depreciação do Imobilizado e uso calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens considerando as seguintes taxas anuais:

Edificações.....	4%
Equipamentos de uso.....	10%
Sistemas de processamento de dados.....	20%
Outros.....	10 a 20%

• Ativos Intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Esse grupo está representado por aquisição de *software*. A amortização é calculada pelo método linear durante as suas vidas úteis estimadas, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

l) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – (impairment)
É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

m) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país - instituições oficiais
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e incluem, quando aplicável, os encargos até a data do balanço, reconhecidos de forma *pro rata die*.

n) Provisões, ativo e passivos contingentes e obrigações legais
Para os processos judiciais em que o Banco figura como réu, os assessores jurídicos classificam as ações em perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda.

As provisões para perdas prováveis nos processos judiciais são constituídas considerando-se a opinião dos assessores jurídicos do Banco, a natureza das ações, sua complexidade, o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/2009 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/2009.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sendo as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

As obrigações legais são integralmente provisionadas qualquer que seja a probabilidade de perda da ação judicial.

o) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

p) Uso de Estimativas
As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

q) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. INFORMAÇÕES PARA EFEITO DE COMPARABILIDADE

Em 30 de junho de 2010, não foi incluída a empresa Banese Corretora nas informações consolidadas. Houve reclassificações em períodos anteriores para melhor apresentação e comparabilidade com as demonstrações contábeis em 30 de junho de 2011.

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Moeda nacional	53.397	36.826	53.402	36.826
Total	53.397	36.826	53.402	36.826

5. DISPONIBILIDADES

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Moeda nacional	53.397	36.826	53.402	36.826
Total	53.397	36.826	53.402	36.826

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banese Múltiplo e Banese Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010
Aplicações em Operações Compromissadas	-	70.000
Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT	-	25.000
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	9.374
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	35.266
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	167.433	146.095
Depósitos Interfinanceiros – CDI	167.433	146.095
Total	167.433	216.095
Ativo Circulante	167.433	216.095

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A carteira de Valores e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos tem a seguinte composição:

a) Títulos e valores mobiliários

a.1) Carteira do Banese Múltiplo e Consolidado por natureza e faixas de vencimentos:

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	TOTAL	
								30.06.2011	30.06.2010
Para negociação	259.176	42.845	53.846	-	-	-	-	355.867	489.983
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	32.229	-	-	-	-	-	32.229
Certificado de Depósito Bancário	-	42.845	21.617	-	-	-	-	64.462	103.638
Fundos Exclusivo Multimercado	182.432	-	-	-	-	-	-	182.432	207.311
Fundos Abertos Multimercado	67.460	-	-	-	-	-	-	67.460	127.142
Cotas de Fundos de Investimento - FIDC	1.909	-	-	-	-	-	-	1.909	17.256
Fundos de Renda Variável	-	-	-	-	-	-	-	-	916
Ações CETIP (1)	7.375	-	-	-	-	-	-	7.375	4.339
Mantidos até o vencimento	-	-	212.722	133.644	3.764	44.176	-	393.856	380.802
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	212.238	119.841	-	-	-	332.079	312.749
Certificado Recebíveis Imobiliários (2)	-	-	-	13.780	3.764	-	-	17.544	19.737
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	34	23	-	-	57	67
CVS (3)	-	-	-	-	-	-	44.176	44.176	43.107
Debêntures (4)	-	-	-	-	-	-	-	-	5.142
Total de Títulos	259.176	42.845	53.846	212.722	113.644	3.764	44.176	749.723	870.785

(1) Títulos emitidos pela CETIP S/A;
(2) Títulos emitidos pelo Bazilan Securities, WTSC-Worror Sec. de Crédito Imobiliário e RB Capital;
(3) CVS título emitido pelo Tesouro Nacional e;
(4) Título emitido pela Vale.

a.2) Carteira do Banese Múltiplo e Consolidado por natureza, valor do custo de aquisição e de mercado e parâmetros utilizados:

	30.06.2011			30.06.2010		
	Custo de aquisição	Valor de mercado	Ajuste a valor de mercado	Custo de aquisição	Valor de mercado	Ajuste a valor de mercado
Títulos para negociação	355.867	355.867	-	489.980	489.983	3
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-
carteira própria	32.229	32.229	-	29.378	29.381	3
Certificado de Depósito Bancário	64.462	64.462	-	103.638	103.638	-
Fundos Exclusivo Multimercado	182.432	182.432	-	207.311	207.311	-
Fundos Abertos Multimercado	67.460	67.460	-	-	-	-
Cotas de Fundos de Investimentos - FIDC	1.909	1.909	-	-	-	-
Fundos de Renda Variável	-	-	-	916	916	-
Ações CETIP (1)	7.375	7.375	-	4.339	4.339	-
Títulos mantidos até o vencimento	393.856	393.727	(129)	380.802	380.777	(25)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-
- Carteira própria	218.175	218.100	(75)	297.695	297.673	(22)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	15.054	15.051	(3)
- Vinc. a compromissos de recompra CRI - recebíveis imobiliários	113.904	113.850	(54)	19.737	19.737	-
Títulos da Dívida Agrária	17.544	17.544	-	67	67	-
CVS - títulos do FCVS	57	57	-	43.107	43.107	-
Debêntures	44.176	44.176	-	5.142	5.142	-
Total	749.723	749.594	(129)	870.782	870.760	(22)

Nos casos de títulos de renda fixa, refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço;

O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido a partir dos preços do mercado secundário divulgado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais; o dos CVS é atribuído a partir do último valor médio de negociação, divulgado pela CETIP S/A - Balcão Integrado de Ativos e Derivativos;

CVS - títulos marcados a mercado pelo percentual do CDI da operação, trazidas a valor presente pelo cupom de DI. Prê. pelo cupom DI x IGP/M ou Futuros de DI, divulgados diariamente pela BM&F BOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro; e

Para os títulos mantidos até o vencimento, o ajuste a valor de mercado é meramente informativo, não estando registrado na contabilidade, nos termos da Circular BACEN nº 3.068/2011.

Não houve reclassificação entre as categorias de títulos no semestre.

a.3) Carteira do Banese Múltiplo e Consolidado - Composição dos fundos exclusivos:

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	TOTAL	
								30.06.2011	30.06.2010
Títulos públicos	23.836	16.101	69.781	22.894	752	13	133.377	133.785	13
LFT	-	4.665	16.101	65.692	14.598	509	-	101.565	117.026
LTN	-	9.494	-	40.039	-	-	-	14.533	10.422
NTNB	-	9.677	-	38	8.164	243	13	18.135	506
NTNC	-	-	-	-	-	-	-	-	74
NTN-F	-	-	-	-	12	132	-	144	857
Títulos privados	10.847	9.742							

CONTINUAÇÃO

15. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS, OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Depósitos à vista	473.115	475.533	471.291	474.424
Depósitos pessoais físicas	227.035	213.326	227.035	213.326
Depósitos pessoais jurídicas	32.948	33.020	32.948	33.020
Depósitos de governos	113.619	130.592	113.619	130.592
Depósitos vinculados	6.883	4.860	6.883	4.860
Outros valores	1.823	1.270	1.823	1.270
Depósitos de poupança	645.666	530.735	645.666	530.735
Depósitos de poupança livres - Pessoas físicas	612.455	497.480	612.455	497.480
Depósitos de poupança livres - Pessoas jurídicas	32.948	33.020	32.948	33.020
Depósitos de poupança de ligadas	263	235	263	235
Depósitos interfinanceiros	66.566	69.780	66.566	69.780
Depósitos judiciais	176.081	157.739	176.081	157.739
Depósitos a prazo	713.388	812.927	689.199	788.730
Depósitos especiais com remuneração	223	179	223	179
Captações no mercado aberto - LFT	113.589	14.991	113.589	14.991
Operações por repasses do país - BNDES	2.007	7.849	2.007	7.849
Obrigações por repasses do país - FINAME	20.408	3.352	20.408	3.352
Obrigações por repasses do país - BNB	68.912	56.954	68.912	56.954
Total	2.279.955	2.130.039	2.253.942	2.104.733
Passivo circulante	1.519.126	1.439.084	1.517.302	1.437.975
Passivo exigível a longo prazo	760.829	690.955	736.640	666.758

b) Composição de depósitos por prazos (Banese Múltiplo e Banese Consolidado)

	Sem vencimento		Até 90 dias		De 91 a 360 dias		Acima de 360 dias	
	30 de junho 2011	30 de junho 2010	30 de junho 2011	30 de junho 2010	30 de junho 2011	30 de junho 2010	30 de junho 2011	30 de junho 2010
Depósitos à vista	473.115	-	-	473.115	-	-	-	473.115
Depósitos de poupança	645.666	-	-	645.666	-	-	-	645.666
Depósitos interfinanceiros	-	40.255	26.311	-	66.566	-	-	69.780
Depósitos a prazo (1)	-	117.796	18.650	576.942	713.388	812.927	-	-
Total	1.118.781	158.051	44.961	576.942	1.898.735	1.888.975		

c) Composição de obrigações por repasses por prazos (Banese Múltiplo e Banese Consolidado)

	Até 90 dias		De 91 a 360 dias		Acima de 360 dias	
	30 de junho 2011	30 de junho 2010	30 de junho 2011	30 de junho 2010	30 de junho 2011	30 de junho 2010
BNDES	278	558	1.171	2.007	7.849	2.007
FINAME	2.376	3.204	14.828	20.408	3.352	3.352
BNB	3.309	11.304	54.299	68.912	56.954	56.954
Total	5.963	15.066	70.298	91.327	68.155	68.155

As captações em depósitos a prazo são realizadas principalmente com clientes da instituição, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixados que correspondem a 96% e 4% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos a prazo corresponde a 92,6% da variação do CDI acumulada até o final do semestre.

As captações através de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, tem taxa média de captação de 100% da taxa selic.

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME e BNB). Essas obrigações têm vencimentos mensais até julho de 2023, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,9% a 3,5% ao ano, além das variações dos indexadores - TULP, e nas obrigações pré-fixadas até 11,00% ao ano. Os recursos são repassados aos clientes no mesmo prazo e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia desses recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas correspondentes operações de crédito.

d) Despesas de captação

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Depósitos judiciais	6.049	4.788	6.049	4.788
Depósitos de poupança	21.419	15.202	21.419	15.202
Depósitos a prazo	40.503	33.678	39.024	32.471
Operações compromissadas - carteira própria e terceiros	2.529	840	2.529	840
Fundo garantidor de créditos - FGC	1.428	1.310	1.428	1.310
Letras Financeiras	6.387	-	6.387	-
Outras	3.425	2.679	3.425	2.679
Despesas com depósitos e emissão de títulos	81.740	58.497	80.261	57.560
Despesas de repasses BNDES	71	121	71	121
Despesas de repasses FINAME	370	156	370	156
Despesas de repasses BNB	2.842	2.016	2.842	2.016
Despesas com empréstimos e repasses	3.283	2.293	3.283	2.293
Total das despesas de captação	85.023	60.790	83.544	59.853

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Cobrança e arrec. de tributos e assemelhados	22.759	15.584	22.759	15.584
Recebimento de tributos e assemelhados	13.639	12.449	13.639	12.449
Outros tributos e assemelhados	9.120	3.135	9.120	3.135
Sociedade estatutárias - dividendos e bonificações a pagar	15.774	4.492	15.774	4.492
Provisão para riscos fiscais (Nota 17)	14.669	13.142	14.669	13.142
Causas fiscais - previdenciária	7.951	7.076	7.951	7.076
Outras	6.718	6.066	6.718	6.066
Provisão para impostos e contr. sobre lucros	5.051	3.867	5.051	3.867
Impostos e contribuições a recolher	31.367	29.544	31.367	29.544
Não exigíveis e intermediação de valores	35	60	35	60
Dívidas subordinadas	91.134	-	91.134	-
Diversas	48.935	38.755	48.935	38.755
Provisão p/passivos - Causas trabalhistas (Nota 17)	9.036	6.929	9.036	6.929
Provisão para passivos - Causas cíveis (Nota 17)	5.140	4.957	5.140	4.957
Provisão para pagamentos - Despesas de pessoal	20.342	17.342	20.342	17.342
Provisão para pagamentos - Fornecedores	7.944	5.117	7.944	5.117
Cretores diversos - País	493	694	493	694
Outros valores	5.380	3.724	5.380	3.724
Total	229.724	105.444	225.524	130.618
Passivo circulante	109.745	85.811	117.957	94.319
Passivo exigível a longo prazo	119.979	19.633	137.567	36.299

A captação efetuada mediante emissão de títulos de dívida subordinada, observadas as condições determinadas pela Resolução nº 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN, é a seguinte:

Papel	Valor de emissão	Data de emissão	Vencimento	Taxa
LFS	25.000	24.11.2010	24.11.2016	INPC +7% a.a.
LFS	15.000	24.11.2010	24.11.2016	CDI + 3% a.a.
LFS	10.000	24.11.2010	24.11.2016	CDI + 3% a.a.
LFS	30.000	03.12.2010	03.12.2016	CDI + 3% a.a.
LFS	8.000	07.12.2010	07.12.2016	CDI + 3% a.a.
Total	88.000			

17. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Contingências ativas
O BANESE possui registrado em suas demonstrações contábeis ativos contingentes com trânsito em julgado favorável à Instituição conforme nota 10.2, assim como possui, neste momento, processo judicial que gera expectativa de ganhos futuros que não encontra-se registrado por não existir definição quanto a conclusão deste processo.

b) Contingências passivas
O BANESE figura como réu em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.
• Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por empregados, ex-empregados e sindical com o objetivo de obter indenizações relativas às violações alegadas de direitos trabalhistas como pagamento de horas extras, equiparação salarial e diferenças nos reajustes salariais. Em 30 de junho de 2011, o montante provisionado a título de contingências trabalhistas é de R\$ 9.036 (30.06.2010 – R\$ 6.929).
• Os processos cíveis referem-se, principalmente, a pedidos de indenização por dano moral e patrimonial – R\$ 2.906, e correção dos saldos de poupança referidos aos planos econômicos – Bresser, Verão e Collor I e II – R\$ 2.234, sendo o montante provisionado em 30 de junho de 2011 de R\$ 5.140 (30.06.2010 – R\$ 4.957).
• Os processos fiscais são decorrentes de alguns tributos e contribuições que o BANESE vem discutindo judicialmente, tais como INSS – R\$ 7.951 e deduções consideradas indevidas pelo fisco – R\$ 6.718. Totalizando em 30 de junho de 2011 o montante de R\$ 14.669 (30.06.2010 – R\$ 13.142).
O procedimento utilizado pelo BANESE para reconhecimento destas obrigações apresenta-se de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/2009 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09. Os processos judiciais são classificados por probabilidade de perda em provável, possível e remota, por meio de avaliação na qual se utilizam parâmetros como as decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes, somente são provisionados os processos classificados como provável de perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	30.06.2011			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo início do período	7.572	4.899	13.858	26.329
Atualização monetária	-	94	811	2.905
Constituição líquida de reversões e baixas	-	-	-	-
Pagamentos	1.974	689	-	2.663
Saldo final do período	9.036	5.140	14.669	28.845

Os processos enquadrados na categoria de perda provável são assim classificados em decorrência de incertezas geradas quanto ao seu desfecho. São ações para cujo objeto ainda não foi estabelecida jurisprudência ou que dependem da verificação e análise dos fatos, ou, ainda, apresentam aspectos específicos que reduzem a probabilidade de perda. A estimativa de perda para os processos assim classificados, de possível mensuração, exceto os fiscais, montam os seguintes valores: trabalhista – R\$ 1.253 (30.06.2010 – R\$ 390) e cíveis – R\$ 1.024 (30.06.2010 – R\$ 974). Neste grupo encontram-se causas e natureza diversa, principalmente: indenização por danos morais, além de diversas reclamações de natureza trabalhista como isonomia salarial, reintegração de demitidos, indenização por LER e outros.
Os processos de natureza fiscal cuja probabilidade de perda é classificada como possível, referem-se a processos previdenciários, PIS, COFINS e compensações de tributos não homologados pela Secretaria da Receita Federal, em decorrência do estágio em que se encontram, não foi possível estimar o montante de perda.

18. PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

	30.06.2011	30.06.2010
Participação de 5% na Sergipe Adm. de Cartões e Serviços Ltda	1.096	1.021
Participação de 5% na Sergipe Adm. de Cartões e Serviços Ltda	21.931	20.428
Investimento em Ações no Banese da Banese Adm. e Corretora de Seguros Ltda	-	-
Participação de 5% na Banese Adm. e Corretora de Seguros Ltda	4.459	-
Total de participação de não controladores	25.270	19.529

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social
O Capital Social, totalmente integralizado, está representado por 5.270.721 ações ordinárias e 5.270.721 ações preferenciais. O acionista majoritário, o Estado de Sergipe, detém 93,63% das ações ordinárias e 86,09% das ações preferenciais.

b) Reservas de lucros
Legal - é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social – R\$ 9.240 (30.06.2010 – R\$ 5.474).
Reserva estatutária para margem operacional - com a finalidade de garantir a manutenção da margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, limitada a até 80% do capital social – R\$ 53.160 (30.06.2010 – R\$ 39.025).
Reserva estatutária para equalização de dividendos - com a finalidade de assegurar recursos para o pagamento de dividendos intermediários, limitada a até 20% do capital social – R\$ 616 (30.06.2010 – R\$ 4.001).
Asoma das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social.

c) Juros sobre o capital próprio
São calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.
Conforme facultado pela Lei nº 9.249/1995, a Administração do BANESE pagou no semestre juro sobre o capital próprio no montante de R\$ 5.150 (liquido do imposto de renda no valor de R\$ 55 (30.06.2010 – R\$ 4.315, imposto de renda R\$ 47), referente ao período de janeiro a junho de 2011, imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. O pagamento de juros sobre o capital próprio resultou em um benefício tributário para o Banco da ordem de R\$ 2.082 (30.06.2010 – R\$ 1.745).

d) Dividendos complementares
Em 14 de março de 2011 foram pagos dividendos complementares referente ao exercício de 2010, no valor de R\$ 14.334 mil, aprovado pelo Conselho de Administração e referendada pela AGO de 15.04.2011.

20. RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Operações de Crédito	176.038	116.248		
Rendas de Operações de Crédito	174.164	113.716		
Resolução de Crédito Baixados como Prejuízo	1.874	2.532		
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	45.345	42.166		
Títulos de Renda Fixa	26.251	22.393		
Outras Aplicações	19.094	19.773		
Resultado das Aplicações Compulsórias	7.978	2.552		
Total	229.361	160.966		

21. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Operações de Captação no Mercado	81.740	58.497	80.261	57.560
Depósitos de Poupança	21.419	15.202	21.419	15.202
Depósitos Interfinanceiros	3.418	2.673	3.418	2.673
Depósitos a Prazo	40.503	33.678	39.024	32.741
Operações Compromissadas	6.049	4.788	6.049	4.788
Letras Financeiras	6.387	-	6.387	-
Fundo Garantidor de Crédito	1.428	1.310	1.428	1.310
Outras Captações	7	7	7	7
Operações de Empréstimos e Repasses	3.283	2.293	3.283	2.293
BNDES	71	121	71	121
FINAME	370	156	370	156
Outras Instituições Oficiais (Banco do Nordeste)	2.842	2.016	2.842	2.016
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	13.638	6.756	13.638	6.756
Total	98.661	67.546	97.182	66.609

22. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestações de Serviços

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Rendas de serviços prestados a correntistas	33.533	27.609	44.686	31.899
Administração de fundos de investimento	143	130	143	130
Convênios de arrecadação/pagamento	9.747	7.147	9.747	7.147
Cobrança	2.685	2.042	2.685	2.042

CONTINUAÇÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE
Aracaju - SE

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Banco Banese S.A. - BANESE para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco Banese S.A. - BANESE. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota 2, a Administração do Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE não consolidou as informações contábeis da controlada Banese Administradora e Corretora de Seguros Ltda., referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2010, para fins de comparabilidade, por entender que os custos gerados para elaboração e apresentação daquelas demonstrações contábeis superam os benefícios por ela produzidos em razão da irrelevância dos saldos contábeis. Para o semestre findo em 30 de junho de 2011 as informações contábeis daquela controlada foram consolidadas.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelo assunto mencionado no parágrafo Base para opinião com ressalva, as

demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) individual e consolidada, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, para o semestre findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2010

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes ("BDO"), entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados. A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 29 de julho de 2010, que continha ressalva quanto à ausência de comparabilidade das demonstrações contábeis consolidadas referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2009.

Salvador, 22 de agosto de 2011



KPMG Auditores Associados (nova denominação social da BDO Auditores Independentes) - CRC 2SP013439/O-6 S-SE

José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC 1RJ087339/O-4 S-SE

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC-RJ 086312/O-6 S-SE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado de Sergipe S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, apreciaram e aprovaram o Balancete junho 2011, as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2011, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, parte integrante deste parecer do Conselho Fiscal. Com base nesta análise, concluíram que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial desta Instituição.

Aracaju(SE), 26 de agosto de 2011.

ADINELSON ALVES DA SILVA
Conselheiro

MANOEL PINTO DANTAS NETO
Conselheiro

FERNANDO MONTEIRO MARCELINO
Conselheiro

FERNANDO AKIRA OTA
Conselheiro

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
MARCELO DÉDA CHAGAS
GOVERNADOR
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ
JOÃO ANDRADE VIEIRA DA SILVA
SECRETÁRIO DE ESTADO
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE - BANESE

DIRETORIA EXECUTIVA
SAUMÍNEO DA SILVA NASCIMENTO
PRESIDENTE
VERA LÚCIA DE OLIVEIRA
DIRETORA DE FINANÇAS E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES
EDSON FREIRE CAETANO
DIRETOR DE CRÉDITO DE DESENVOLVIMENTO
RODRIGO NASCIMENTO CORUMBA
DIRETOR ADMINISTRATIVO E DE TECNOLOGIA
CARLOS ALBERTO TAVARES FERREIRA
DIRETOR DE CRÉDITO COMERCIAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
JOÃO ANDRADE VIEIRA DA SILVA
PRESIDENTE
SAUMÍNEO DA SILVA NASCIMENTO
VICE-PRESIDENTE
PEDRO MARCOS LOPES
CONSELHEIRO
JORGE SANTANA DE OLIVEIRA
CONSELHEIRO
JOSÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR
CONSELHEIRO
MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN
CONSELHEIRA
MOACIR REZENDE
CONSELHEIRO
LUIZ ALVES DOS SANTOS FILHO
CONSELHEIRO

JOSÉ ANDERSON SANTOS DE JESUS
Contador CRC-SE 4458/O-7
CPF - 189.382.725-91

Alô Banese: 0800 284 3218
Ouvidoria: 0800 284 5757
www.banese.com.br